

ALTO RISCO

SUPLEMENTO DO JORNAL ALTO RISCO
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE BOMBEIROS PROFISSIONAIS
(instituição de utilidade pública)

N.º45 | 6ª Série | Junho 2013

A portrait of Deputy Teresa Caeiro, a woman with long, wavy blonde hair, wearing a red top and a colorful, chunky necklace. She is looking directly at the camera with a neutral expression. The background is a blurred indoor setting with wooden paneling.

Deputada Teresa Caeiro em entrevista
“Todos os cidadãos
deveriam ter noções
básicas em socorrismo”

Há caminhos que só se percorrem
com a máxima confiança.
Unimog. Pronto para tudo.



O fogo é imprevisível e aparece quando menos se está à espera. Com o Unimog, o impossível torna-se possível e todos os caminhos ficam mais fáceis de atravessar. Com dimensões compactas e uma extraordinária capacidade de manobra proporcionada por uma torsão entre eixos e uma tração total excelente, este veículo está preparado para tudo e consegue chegar aos locais mais difíceis. Equipado de série com um sistema de travagem de duplo circuito pneumático/hidráulico e um sistema

ABS de 4 canais, o Unimog enfrenta qualquer perigo com a máxima segurança, controlo total e suavidade na condução, graças à simplicidade de operação do sistema de transmissão e da caixa de velocidades. As três versões, U3000, U4000 e U5000 do Unimog oferecem-lhe sempre a solução mais adequada e a melhor maneira de lidar com o perigo. Para conhecer melhor o novo Unimog, contacte a Mercedes-Benz Portugal pelo 219 257 118 ou visite o site www.mercedes-benz.pt/trucks.



Mercedes-Benz
Trucks you can trust

Publireportagem



Cartão BP

1-De que forma é que a vossa empresa (BP) têm contribuído para o desempenho da ação dos bombeiros profissionais na defesa e no bem-estar do património comum?

A BP Portugal tem procurado ao longo dos anos estabelecer parcerias com distintas entidades que tenham um papel importante no apoio às comunidades onde nos inserimos. Ao termos estabelecido este acordo com a ANBP em 2005, procuramos facilitar a atividade das corporações representadas por esta associação junto das populações, permitindo em simultâneo que a actividade dos bombeiros não fique ameaçada.

2-Como avalia as preocupações destas duas estruturas com o socorro das populações e segurança das cidades?

A segurança está no topo das nossas prioridades. Porque a Segurança é uma responsabilidade coletiva, desenvolvemos diversas atividades internas para formar e sensibilizar todos os colaboradores da nossa companhia. Assumimos uma participação ativa na comunidade, porque estamos conscientes da importância do nosso papel nos mercados em que operamos e na sociedade em geral.

Para alcançar o nosso objetivo de zero acidentes, a BP Portugal conta com o envolvimento dos bombeiros e demais forças de segurança. A ANBP através dos seus programas de formação nas diversas áreas de proteção de pessoas e bens, poderá dar uma forte contribuição no desenho e implementação das regras de segurança nas empresas. Ao sermos capazes de promover a formação e sensibilização nas nossas organizações para uma temática tão importante como é a segurança, estamos a contribuir diretamente e em conjunto, para a segurança das cidades.

3-Como surgiu a possibilidade de estabelecer este protocolo? Qual a sua duração?

No âmbito dos vários programas que a BP desenvolve com distintas entidades com um papel importante no apoio à comunidade, temos sempre em consideração os aspetos associados às necessidades de mobilidade e de que forma os nossos produtos e serviços podem contribuir positivamente para melhorar esta mobilidade. Esta abordagem da BP em conjunto com a necessidade das corporações em reduzir os seus custos operacionais de combustível, criou uma forte aproximação entre as partes levando ao estabelecimento do protocolo. Este protocolo renova-se anualmente e é nosso objetivo manter esta relação com a ANBP.

4-Que vantagens traz o protocolo (BP/Cartão Azul) assinado com a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais?

O custo do combustível é sempre um fator crítico para todas as corporações e através do protocolo todas as corporações associadas da ANBP têm benefícios de desconto no combustível BP de 6 cêntimos por litro nos postos BP no Continente e 2,5 cêntimos por litro na Madeira e Açores

5-Este protocolo tem aumentado o número de pessoas fidelizadas à BP?

Sim, a oferta tem sido bem aceite pelas corporações profissionais e sentimos que ainda temos espaço para potenciar mais a nossa relação e encontrar novas ofertas para o futuro.

6-Que projetos estão traçados para um futuro próximo?

Estamos a desenhar a nossa oferta de cartões para o futuro queremos potenciar elementos que possam integrar e cruzar vários benefícios com os nossos parceiros de forma a chegar a todas as corporações com uma oferta mais robusta e atrativa.

6



Entrevista

Teresa Caeiro
Vice-presidente
da Assembleia da
República

16



Entrevista

José Maria
Costa, presidente
da C.M Viana do
Castelo



11

Reportagem
ANBP na SEGUREX



24

Destaque
X Gala Bombeiros

Diretor
Filomena Barros

Diretor-Adjunto
Sérgio Carvalho

Redação
Cátia Godinho
Miguel Marques

Grafismo
João B. Gonçalves

Paginação
João B. Gonçalves

Fotografia
Gab. Aud. ANBP

Publicidade
Paulo Bandarra

Propriedade
Associação Nacional
de Bombeiros
Profissionais
Av. D. Carlos I, 89, r/c
1200 Lisboa
Tel.: 21 394 20 80

Tiragem
20 000 exemplares

Registo n.117 011
Dep. Legal n. 68
848/93

Impressão
MX3



Fernando Curto

Presidente da Associação Nacional
de Bombeiros Profissionais

A Grande Homenagem aos Bombeiros Portugueses!

A Revista Alto Risco de Junho dá mais uma vez destaque àquele que é um dos mais emblemáticos eventos promovidos pela Associação Nacional de Bombeiros Profissionais: a Gala de Homenagem aos Bombeiros Portugueses, que este ano assinalou a sua décima edição.

Uma homenagem a todos aqueles que abnegadamente dedicam a sua vida em prol da salvaguarda da vida e dos bens de outros. Este ano foram também recordados os 25 anos passados sobre o incêndio no Chiado, que marcou de forma definitiva a história da cidade de Lisboa.

Na contagem decrescente para o 12º Congresso Nacional de Bombeiros Pro-

fissionais, em Viana do Castelo, Alto Risco foi ouvir os desafios que se impõem ao presidente daquela Câmara Municipal, José Maria Costa, que se recandidata à presidência.

E porque a prevenção deve ser um dos princípios ensinados aos mais pequenos, apresentamos a entrevista com a deputada do CDS PP e vice-presidente da Assembleia da República, Teresa Caeiro, sobre o diploma que prevê o ensino obrigatório de suporte básico de vida aos alunos do 3º ciclo.

Nesta edição pode ainda saber como correu a participação da ANBP na mostra de segurança SEGUREX, bem como as intervenções dos oradores convidados em mais um seminário promovido pela Associação Nacional de Bombeiros Profissionais.



Perfil
Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro é licenciada e mestre em direito. É atualmente deputada da XII legislatura e vice-presidente da Assembleia da República. É também vice-presidente do CDS-PP.

“Estamos a falar de uma medida que pode salvar vidas!”

Os alunos do terceiro ciclo, com idades entre os 11 e os 14 anos, vão aprender manobras de suporte básico de vida. O projeto foi apresentado pela deputada do CDS-PP, Teresa Caeiro, e aprovado pela maioria dos

partidos em fevereiro de 2013. A Revista Alto Risco falou com a vice-presidente da Assembleia da República sobre a importância deste projeto no ensino obrigatório.

Apresentou mais uma vez um projeto de resolução para a introdução de uma formação de frequência obrigatória em Suporte Básico de Vida, dirigida ao terceiro ciclo do ensino básico. De onde surgiu esta preocupação?

A ideia surgiu-me de uma forma muito simples: numa manhã, em 2006, fui fazer uma reciclagem do curso em Suporte Básico de Vida (SBV) que frequentei há muitos anos. Ocorreu-me que, idealmente, todos os cidadãos deveriam ter, pelo menos, noções básicas em socorrismo; tal como cada indivíduo é potencialmente uma vítima de acidente (seja ele rodoviário ou cardiovascular) ou de paragem cardio-respiratória, cada um de nós pode ser confrontado com alguém que necessita de “primeiros socorros”. Convém lembrar que estas doenças / incidentes continuam a ser a principal causa de morte em Portugal, representando em 2011 cerca de 103 mil óbitos. E que estão também entre as maiores causas de morbilidade, com sequelas incapacitantes permanentes.

Quais as linhas gerais deste projeto?

O Suporte Básico de Vida consiste numa série de procedimentos que podem ser concretizados até à chegada do meio adequado da emergência pré-hospitalar prevista no Sistema Integrado de Emergência Médica (SIEM). A sua importância está no facto de estes procedimentos serem aplicados imediatamente após o acidente / incidente. Estatísticas internacionais revelam que, em situação de paragem cardio-respiratória, cada minuto perdido corresponde, em média, a uma perda entre 7% e 10% da probabilidade de sobrevivência. Ou seja, ao fim de 12 minutos, a taxa de sobrevivência ficou reduzida, em média, a 2,5%. E entre os que sobrevivem, quantos não ficam com sequelas que seriam evitadas se o SBV tivesse ocorrido imediatamente?

Há várias soluções para formar uma população em SBV. Na Alemanha, por exemplo, é condição necessária para a licença de condução de veículos. Outros fazem-no em meio escolar. Optei pela solução da intro-



dução de uma formação obrigatória em SBV no 3º ciclo do Ensino Básico por duas razões: quanto mais jovem for o universo de formando, mais tempo “ganhamos”; em segundo lugar, porque a escolaridade é obrigatória, e a carta de condução não o é. Mais uma vez o objetivo é ter o máximo de pessoas sensibilizadas e habilitadas a “fazer a ponte”; a aplicar os procedimentos de estabilização até à chegada dos meios de socorro pré-hospitalar.

Já vamos tarde: por exemplo a formação em SBV é obrigatória na Irlanda e na Bélgica, desde 1971; e no Reino Unido, desde 1973 e em Itália desde a década de 90... do século passado! E

mesmo assim demorou tantos anos a conseguir ver aprovada esta resolução aqui no Parlamento! Apresentámos a iniciativa pela primeira vez em Junho de 2008, depois em Julho de 2009 e foi “chumbada” pela maioria socialista. Finalmente, em 2013, lá conseguimos! Estou francamente satisfeita e espero que brevemente se comece a generalização destes procedimentos!

Como encarou as dificuldades encontradas para aprovação deste projeto?

Encarei com muita perplexidade, confesso. Parece-me uma medida tão evidente, tão necessária e que pode

ajudar tantas pessoas. Os argumentos que o PS apresentava para rejeitar pareciam-me absurdos. Dizia-se que já havia excesso de carga horária para os alunos, ou que não podemos interferir na autonomia curricular. Estamos a falar de uma medida que pode salvar vidas! Estamos a falar de uma formação que tem tanto de cívico quanto de Saúde Pública! E o Estado não pode interferir?! Além disso não é “mais uma disciplina”. É uma formação entre 8 e 10 horas.

Em que é que consiste esta formação? Quando deverá começar a ser ministrada e em que moldes?

O conceito do que é o SBV está claramente definido como “um conjunto de procedimentos e metodologias padronizadas, que tem por objetivo reconhecer as situações de perigo de vida iminente, saber como e quando pedir ajuda e saber iniciar de imediato, sem recurso a qualquer utensílio, manobras que contribuam para a preservação da ventilação e da circulação, de modo a manter a vítima viável até a chegada do socorro” e esses procedimentos obedecem a critério e protocolos estabelecidos nacional e internacionalmente. Entre nós, cabe ao INEM certificar-se que esses padrões são os ensinados e ministrados. Desde 2008 que pretendemos que a formação comece no ano letivo seguinte! Assim, propomos que tenha início nos currículos escolares a partir de 2013-2014. Cabe, agora, ao Ministério da Educação, em articulação com o Ministério da Saúde e o INEM ver em que moldes se deverá ministrar.

Que papel poderiam vir a desempenhar os bombeiros ao nível da organização curricular e mesmo ao nível da formação?

A Resolução da Assembleia da República diz que a formação em SBV “será ministrada através de parcerias institucionais a celebrar – no respeito pela liberdade de escolha de cada escola – com instituições certificadas pelo INEM”, Como já disse, cabe ao Governo por em prática esta Recomendação que o Parlamento lhe faz, mas certamen-



te que os Bombeiros são parceiros naturais neste processo.

Considera que há viabilidade para este projeto avançar nas escolas públicas tendo em conta os cortes orçamentais previstos para o ensino?

A formação em SBV pode ser ministrada com custos extremamente reduzidos, desde que haja conjugação de vontades e aproveitamento dos recursos existentes, nomeadamente os recursos humanos. As chamadas sinergias!

Os bombeiros fazem trabalhos de transporte de doentes sem cobrarem serviços a idosos, desprovidos de condições económicas. Neste contexto, considera que as corporações de bombeiros deveriam ser mais auxiliadas para desempenharem o seu papel social? Que tipo de intervenção poderia ser feito pelo Ministério da Solidariedade tendo em conta esta realidade?

O papel social dos Bombeiro é

abundantemente conhecido por todos os Portugueses e reconhecido pelo Governo. As contrapartidas por essas ações inestimáveis à população têm de ser apreciadas à luz do contexto difícilíssimo que vivemos, fruto de um Programa de Ajustamento imposto aquando do pedido de resgate financeiro internacional.

O resgate fez-nos perder soberania e a esmagadora maioria das medidas tomadas resultam de imposições dos nossos credores. Retiraria a seguinte lição: depois de 3 resgates em 30 anos, nunca mais podemos desperdiçar dinheiro indevidamente, porque mais cedo ou mais tarde vamos ter de pagar uma conta elevadíssima, com juros. E vai faltar dinheiro onde é preciso. O Ministério da Segurança Social registou um défice, em 2012, de cerca de 600 milhões de euros. Este défice resulta do aumento das prestações sociais atribuídas, precisamente, à população mais desfavorecida.

Notícia



Condutores portugueses sem formação em primeiros socorros

O inquérito “Conhecimento de primeiros socorros dos automobilistas”, efectuado em 14 países europeus, concluiu que Portugal é onde se regista mais falhas de formação dos condutores em primeiros socorros.

Este inquérito, realizado em Portugal pelo Automóvel Clube de Portugal (ACP) e pela Cruz Vermelha Portuguesa, pretendeu analisar a capacidade de resposta dos condutores em caso de sinistro e de assistência em primeiros socorros.

As conclusões deste estudo sublinham que 74% dos condutores portugueses inquiridos nunca fizeram um curso de primeiros socorros, apesar de 61,5% ter manifestado confiança em prestar socorros.

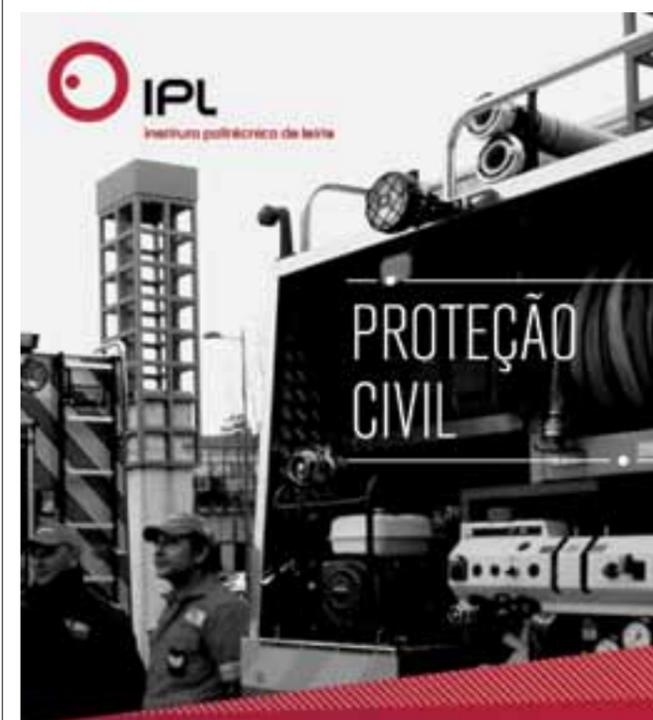
Em caso de acidente, metade dos condutores (53%) sabe avaliar o estado da vítima, apesar de apenas um quarto conseguir prestar socorro aos feridos e ser capaz de realizar o “Suporte Básico de Vida”. A quase totalidade dos automobilistas portugueses conhece o número nacional de emergência (112) e apenas 26,5% conhece a cadeia portuguesa de socorro.

Portugal é um dos seis países participantes no inquérito onde não há obrigatoriedade de prestar formação em primeiros socorros aos candidatos a condutores, a par da Bélgica, Espanha, França, Finlândia e Itália.

Mas na Alemanha, Áustria, Croácia, Dinamarca, Eslovénia, República Checa, Sérvia e Suíça já existe um sistema de formação em primeiros socorros, que é lecionado aos futuros condutores.

Segundo os promotores do inquérito, o índice de mortes nas estradas, após um acidente, é de cerca de 50% durante a primeira hora, 15 por cento entre a primeira e a quarta hora e 35 por cento além das quatro horas.

Pub



A licenciatura em Proteção Civil tem como objetivo principal a formação de profissionais com conhecimento em matéria de segurança e proteção civil, ao nível do planeamento e prevenção, com capacidade para planificar e gerir potenciais situações de crise e emergência.

SAÍDAS PROFISSIONAIS

- Gabinetes de proteção civil;
- Gabinetes de segurança de empresas públicas e privadas;
- Técnicos de proteção civil em agências internacionais;
- Técnicos de gestão de risco;
- Consultoria em segurança e gestão de risco.

Regime pós-laboral (8447)

Duração: 6 semestres

N.º de ECTS: 180 créditos

**PROVAS DE INGRESSO
UMA DAS SEGUINTE PROVAS:**

- (02) Biologia e Geologia
- (04) Economia
- (16) Matemática

[+] INFORMAÇÕES: www.ipleiria.pt



MAI inaugurou Segurex 2013

O Ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, esteve presente na inauguração do Salão Internacional de Segurança e Proteção (Segurex 2013), no dia 7 de maio.

Durante esta visita, o ministro teve oportunidade de ver um ensaio da nova versão do sistema Rapid, que vai permitir a fiscalização automática dos passageiros nos aeroportos, com o cartão do cidadão.

Até agora, este sistema, a funcionar em todos os aeroportos portugueses, apenas permitia o controlo dos passageiros através do passaporte eletrónico.

Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a nova versão do Rapid vai entrar em funcionamento no aeroporto de Lisboa, em Julho, e foi desenvolvida para integrar o cartão do cidadão português, podendo ser usada pelos passageiros que viajam dentro do espaço Schengen.

O sistema Rapid, concebido pelo SEF, foi o primeiro do mundo a permitir o controlo automatizado de passageiros, munidos apenas com o passaporte eletrónico, utilizando, para o reconhecimento facial, a imagem que se encontra armazenada no chip e comparando-a com a imagem obtida



Stand da ANBP na Segurex

do passageiro, no momento.

Miguel Macedo visitou ainda o espaço dos organismos que fazem parte do Ministério da Administração Interna, tendo sido mostrado um conjunto de atividades de formação e informação sobre a GNR, a PSP, a Autoridade Nacional de Proteção Civil, o SEF, a Autoridade Nacional Segurança Rodoviária e a Empresa de Meios Aéreos.

Em paralelo, decorreu também o 1.º Fórum da Construção, Imobiliário e Segurança para a Lusofonia.

Vistos para Angola facilitados

Os procedimentos de entrada de portugueses e angolanos nas fronteiras dos

da Administração Interna na inauguração “Estamos a preparar uma forma diferente de fazer o controlo na fronteira para os naturais de Portugal e Angola”, referiu Miguel Macedo. O ministro espera ter este procedimento de controlo simplificado nas fronteiras dos dois países concluído “nas próximas semanas, sem pôr em causa as regras a que estamos sujeitos no espaço Schengen”.

O ministro esclareceu que a alteração ao regime de visto entre os dois países já está em vigor, estando agora Portugal e Angola “a tratar de uma forma diferente de fazer o controlo na fronteira, designadamente em Luanda e Lisboa”.



“Acidentes/ Incidentes em Proteção Civil-da operacionalidade à comunicação”

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais promoveu, no âmbito da Segurex, um seminário sobre “Acidentes/Incidentes em Proteção Civil- da operacionalidade à comunicação”. Do painel de intervenientes neste debate fizeram parte vários intervenientes que partilharam as suas experiências no teatro das operações, perante a ocorrência de acidentes de grande dimensão e a ocorrência de fenómenos meteorológicos considerados extremos. Entre eles, o Comandante Distrital de Castelo Branco, Rui Esteves, o segundo Comandante Operacional Distrital de Faro, Abel Gomes, Pedro Carvalho, da empresa Globostar Systems e Ilda Novo, do Instituto Português do Mar e da Atmosfera.

Foram relatadas as experiências relacionadas com os acidentes e sistemas de comunicação, as novas abordagens de informação e notificação massiva, a resposta operacional e o alerta de fenómenos naturais e a comunicação de risco em eventos meteorológicos extremos.

Com este seminário pretendeu-se “abordar a relevância do papel dos operacionais não só num cenário marcado pelos efeitos, por vezes, devastadores resultantes da ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos, mas também perante a ocorrência de um acidente de grande dimensão. Por outro lado, pretende-se debater a importância de uma comunicação eficiente num contexto de ocorrência de fenómenos naturais extremos”, revelou a organização do evento.

Pub

CLÍNICA POSITIVA
CENTRO MÉDICO E PSICOLÓGICO

10% de desconto para sócios

Protocolos

Futebol Clube de Alverca; Clube OGMA; APOGMA; LOGIC; SAGRES; ASSP-PSP; SPP/PSP; CBEI; ANBP/SNBP

Convénios ADSE Regime Livre, Médic, Multicare, SAMS/Quadros, etc...

Telf: 219 582 244
Telm: 912 223 772 / 933 727 637
www.clinicapositiva.com

Rua da Juventude, nº 12 Lj
2614-119 Alverca do Ribatejo

Existe boa cooperação com a proteção civil

A cooperação entre o Instituto Português do Mar e da Atmosfera e a Proteção Civil permite antecipar problemas que possam surgir com fenómenos atmosféricos extremos, sublinha Ilda Novo, meteorologista do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA). Mas as limitações técnico-científicas impedem uma maior precisão para lançar alertas.

A colaboração entre o Instituto Português do Mar e da Atmosfera e a Proteção Civil precisa de ser melhorada?

Temos uma boa relação com a proteção civil, mas há sempre aspetos que têm de ser melhoradas. Temos que estar sempre a par das mudanças e acompanhar tudo o que possa ser melhorado.

Como é a cooperação entre o IPMA e a Proteção Civil?

O facto de pudermos falar todos os dias com a proteção civil e estarmos no briefing semanal, permite que os problemas possam ser resolvidos em tempo real. No dia a dia, aparece um ou outro aspecto que é preciso melhorar, mas facilmente se consegue ultrapassar e resolver os problemas. Trata-se de um bom exemplo de cooperação entre o Instituto e a proteção civil.

Na sua intervenção, falou de situações atmosféricas extremas, como a que aconteceu no Algarve, Lisboa, Açores e Madeira. Nestas situações existem uma articulação com a proteção civil ou não é possível fazer esses alertas?

Há alguns fenómenos que são de difícil previsão ou a previsão é feita em tempo útil muito curto e, por vezes,

nem sempre é possível dar essa informação em tempo útil à proteção civil. Apesar de tudo, por vezes pudemos dar uma previsão sobre o aparecimento de fenómenos adversos. Mas essa previsão não é precisa e a proteção civil precisa de previsões mais adequadas para poder coordenar as suas operações. E, por limitações técnico-científicas, temos algumas dificuldades nessas previsões. No futuro, poderemos melhorar estas limitações. De qualquer maneira, quando esses riscos atmosféricos surgem pudemos sempre pegar no telefone e dar essa informação. Pode é a proteção civil não ter uma resposta em tempo útil.

O tornado do algarve ou a tempestade na madeira são situações que fogem um pouco às vossas previsões?

Esses fenómenos são muito difíceis de prever. Sabemos que há uma situação meteorológica em que existe uma grande probabilidade de acontecer. Mas dizer que vai acontecer em Lisboa, Faro ou Évora, com uma previsão de 24 horas não é possível. Mas pudemos fazer um alerta com uma ou duas horas de antecedência que se está a formar uma célula que se poderá dar origem a um tornado ou outro fenómeno extremo. Mas esse tempo de alerta é um pouco curto para a proteção civil.

As lições do furacão no algarve

Abel Gomes, 2º Comandante Distrital Operacional de Faro, falou da experiência na gestão das operações de socorro durante o furacão que atingiu o Algarve, no seminário organizado pela ANBP na SEGUREX 2013. Falou do que ainda há a melhorar a nível da proteção civil e como foram úteis os ensinamentos que retirou nesse dia.

Quais foram as principais lições que a proteção civil aprendeu no dia do furacão do Algarve?

Não quer dizer que tenha havido falhas. São oportunidades de melhorar coisas que correram menos bem, que foram apuradas por todas as entidades que participaram na operação. Neste momento, já estão a ser implementadas as medidas corretivas para suprimir as situações que correram menos bem na operação.

Quais são as situações que neste momento estão a ser corrigidas, que se verificaram nesse dia?

Neste momento, estão a ser preparados dois exercícios no Algarve a realizar ainda este mês. Vai-se testar se as medidas correctivas que foram entretanto implementadas foram úteis ou se existe necessidade de continuar a trabalhar nelas.

Falou na sua intervenção da necessidade de corrigir alguns pontos, como a duplicação de alertas, as células de comunicação, a interferência dos Órgãos de Comunicação Social (OCS) durante as operações de socorro. Estas situações estão a ser alteradas?

Por exemplo, no caso da comunicação social os jornalistas precisam da informação e estão constantemente a tentar obtê-

-la junto da sala de operações e comunicações do comando distrital, que inviabiliza o contato e a gestão operacional que é necessário fazer. Temos que arranjar um caminho para atender os OCS, que é importante, mas também temos que deixar que os operacionais que estão na sala consigam fazer o seu trabalho e garantir o acompanhamento necessário às operações.

Como pode melhorar a colaboração entre as forças de segurança e a proteção civil?

Temos o exemplo da intervenção da proteção civil, que ocorreu em Portimão, em que apesar de não ser na sua área de intervenção, houve uma excelente cooperação entre a PSP e a GNR.

Falou ainda da situação da informação em tempo real no teatro de operações que, no caso da situação verificada no Algarve, obrigou a chamar meios de outros distritos que não eram os mais adequados. Está a ser feita alguma coisa para corrigir este problema?

É uma das situações que foram apreendidas. Por isso referi ser necessário implementar, criar e treinar as equipas de reconhecimento e avaliação da situação, para que forneçam a quem tem necessidade de informação, a informação mais assertiva possível.



Rui Esteves é Comandante Distrital de Operações de Socorro no Castelo Branco. No seu longo currículo no que diz respeito a intervenções no teatro das operações, conta com experiência em vários acidentes de autocarro, nos últimos 11 anos.

Que ensinamentos se retiraram deste acidente na Sertã?

A grande lição aprendida é que a formação, o planeamento e o treino conjunto fazem toda a diferença numa operação conjunta com 30 entidades e mais de 300 operacionais. No momento da resposta percebe-se claramente que não podem haver improvisos e que o imprevisto não nos leva a lado nenhum. O planeamento faz toda a diferença no momento de cada entidade cumprir a sua missão. Essa é a grande lição que tiramos desta e de outras operações do tipo.

É evidente que o facto de termos um planeamento conjunto, de treino conjunto, permite aqui um conhecimento pessoal e institucional com todas as entidades que é facilitador no momento de dar a resposta, no momento de socorrer. Os planos especiais de emergência e proteção civil são importantes bem como os planos prévios. Em resumo, o planeamento faz toda a diferença, porque todas as entidades fazem falta.

Como é que reagiu ao cenário encontrado?

Nos últimos 11 anos, em termos de sinistralidade com autocarros, tive uma longa experiência com acidentes: quatro

em que tive intervenção direta, no distrito de Castelo Branco e dois fora do distrito. Um em Entre-Os-Rios e outro em Cáceres, onde seguiam portugueses e morreram três pessoas. Houve a necessidade de fazer a evacuação dos hospitais de Espanha para Portugal, o que foi uma operação bem conseguida.

No momento de decidir é apenas por em prática aquilo que se idealizou e o conhecimento ao longo dos anos, o saber fazer em determinadas operações é um órgão facilitador para podermos desenvolver a nossa atividade. Ninguém pense que sai de uma universidade com a formação e depois está perante um sinistro desta envergadura e que chega lá e toma as melhores decisões. Desengane-se, até porque não há nenhum acidente igual. Por isso é importante fazermos sempre um bom planeamento, adequado a todas as circunstâncias e aos possíveis cenários.

O profissionalismo de todos os elementos que estiveram no terreno foi facilitador e o facto de o corpo de bombeiros da Sertã ter respondido muito bem com bombeiros qualificados na primeira atuação marcou toda a diferença.



Pedro Carvalho, da empresa Globestar Systems, participou no seminário organizado pela ANBP, sob o tema “Informação e notificação massiva- as novas abordagens”.

Em que é que este sistema pode facilitar o sistema de comunicação entre os agentes da proteção civil?

Este sistema antecipa tempos de resposta e consegue confirmação de resposta, perceber uma chamada e qual é o panorama geral do estado das forças (no terreno). Essas duas vantagens- rapidez e ter capacidade decisória- são essenciais.

Como é conhecido no sistema de proteção civil, nós temos sempre que jogar na antecipação. E esta muitas vezes não existe porque o sistema em si não tem stress e passa a mesma informação a toda a gente em tempo oportuno e de forma a conhecermos quem foi notificado ou não.

Em relação à sua experiência no serviço de proteção civil nos Açores, que diferenças é que encontra entre o Continente e o Arquipélago?

São nove ilhas separadas por grandes massas de água, que têm um grande problema. Ligar ilhas que estão a duzentos quilómetros umas das outras é extremamente complicado para movimentar meios e recursos apesar das pessoas dos Açores terem uma resiliência notável por toda a experiência de vida e por conhecerem muito bem as medidas de autoproteção.

Pub

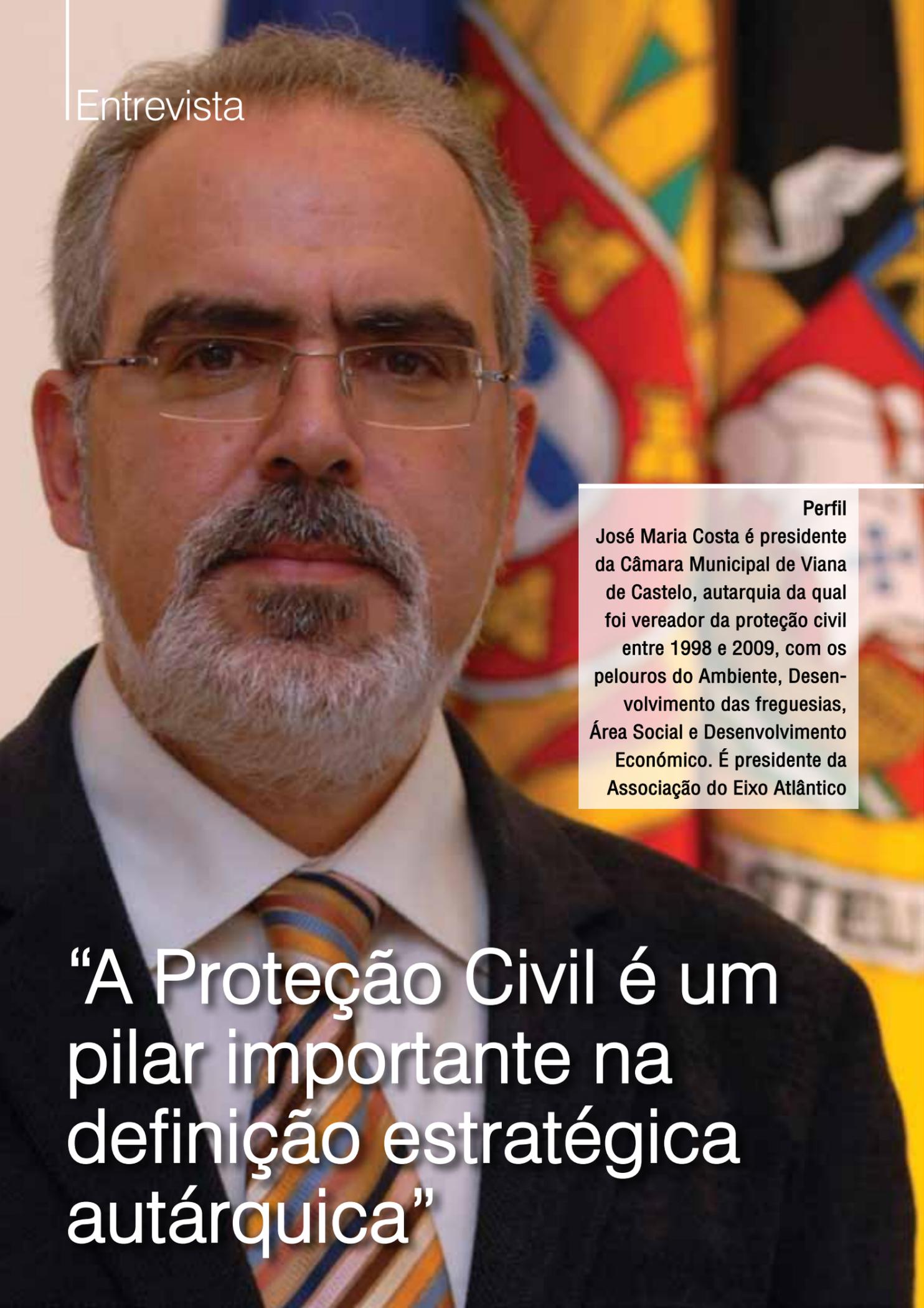
JACINTO

LÍDERES EM VEÍCULOS DE COMBATE A INCÊNDIOS

Jacinto Marques de Oliveira, Sucre, Lda
 Sede: Av. dos Correios, 191 - Apartado 47
 3885 - 999 Esmeriz - Portugal
 Escritórios e Armazém: Rua do Campo Grande, 132-134
 3885 - 530 Esmeriz
 Tel. +351 256 750 300 Fax. +351 256 751 481
 info@jacinto-lda.com
 www.jacinto-lda.com

PME líder

905



Perfil
José Maria Costa é presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, autarquia da qual foi vereador da proteção civil entre 1998 e 2009, com os pelouros do Ambiente, Desenvolvimento das freguesias, Área Social e Desenvolvimento Económico. É presidente da Associação do Eixo Atlântico

“A Proteção Civil é um pilar importante na definição estratégica autárquica”



Fotos: Arménio Belo

José Maria Costa é presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo e candidato a um novo mandato nas próximas eleições autárquicas. Em entrevista à Alto Risco, o edil falou das atuais dificuldades orçamentais dos municípios. Ainda assim, realçou a aposta que tem sido feita no setor dos bombeiros e proteção civil, revelando a intenção de realizar uma nova recruta no próximo ano.

A atual conjuntura económica tem afetado o trabalho de muitas autarquias a nível nacional. Como têm sido ultrapassadas as dificuldades colocadas pela Lei dos compromissos?

O atual governo tem, nos últimos tempos, elaborado inúmera legislação que vem acrescentar enormes fatores de desconforto ao poder local. A Lei dos Compromissos é uma das ações que dificultam a gestão diária das autarquias. Era suficiente a legislação e as limitações existentes na Lei do Orçamento de Estado. Afinal, as únicas entidades públicas que reduzem a dívida e apresentam superavit são os municípios portugueses. Mas a legislação da redução de pessoal e dos quadros dirigentes é uma clara intromissão na autonomia do poder local.

Quais têm sido os principais desafios no que toca ao sector da proteção civil e bombeiros?

O Município de Viana do Castelo tem vindo a investir na qualificação dos recursos humanos, no apetrechamento e equipamentos pessoais, bem como na aquisição de novas viaturas. Para Viana do Castelo, a Proteção Civil é um pilar importante na definição estratégica autárquica.

“O Município deve iniciar uma nova recruta em 2014”

Depois de ter enfrentado alguma contestação por parte dos bombeiros municipais, implementou algumas alterações na corporação no início deste

ano. Que balanço é que faz dessas alterações?

A contestação deve-se a algumas questões em que a lei da disponibilidade permanente é aplicada. Nós também temos o entendimento de que a lei deveria ser mudada, mas infelizmente temos de a aplicar. Apesar das divergências, temos mantido um diálogo construtivo com os bombeiros municipais e temos organizado as nossas escalas e horários por forma a minimizar as situações de injustiça. Vamos esperar, no entanto, que haja da parte do governo uma alteração legislativa mais amiga dos bombeiros.

Considera que houve melhorias no funcionamento da corporação?

Os bombeiros municipais de Viana do Castelo estão empenhados e motivados e tem um enorme sentido do interesse público e da nobreza das suas funções. Por isso, tem sido possível, com a ajuda e cooperação, melhorar a qualidade deste serviço público às nossas populações.

Que papel é que têm desempenhado ANBP/SNBP na gestão das reivindicações dos bombeiros municipais?



As associações e sindicatos têm sempre um papel ativo e empenhado na resolução de vários problemas. Temos tido encontros frequentes que, na minha opinião, têm sido muito benéficos para a corporação.

Para quando a passagem da designação de bombeiros municipais para sapadores?

É uma matéria que estamos a analisar.

Integrou recentemente uma recrutada nos municipais. Considera que têm o número de efetivos suficiente?

Este executivo, logo de início, abriu uma nova recrutada por entender que era necessário refrescar e ampliar o quadro. Os efetivos nunca são suficientes para os picos da atividade que, infelizmente, se agudizam com os fogos florestais. Penso que o Município deve iniciar uma nova recrutada em 2014 para acautelar

“A legislação da redução de pessoal e dos quadros dirigentes é uma clara intromissão na autonomia do poder local”

também algumas reformas de alguns quadros atuais.

Que desafios a nível de segurança se impõem a um município como Viana do Castelo? E ao nível do ordenamento florestal?

Já aprovamos o nosso Plano Operacional Municipal e estamos a efetuar beneficiações da rede viária florestal em parceria com as juntas de freguesia, por forma a termos boas ligações para os cenários de intervenção mais críticos.

Em ano de eleições autárquicas,

que balanço é que faz do seu mandato? Quais foram os grandes desafios?

Faço um balanço muito positivo, apesar das enormes dificuldades financeiras e dos cortes da administração central. Mantivemos um apoio relevante à educação, ao alargamento de infraestruturas e à construção de novos equipamentos desportivos. Estamos também a efetuar uma grande aposta na economia do mar através da dinamização dos desportos náuticos. Mas relevo igualmente a aposta na atratividade e competitividade do território na fixação de novas empresas e na criação de emprego.

Como é ser autarca de um município do Norte do País?

Ser autarca no norte ou no sul é igual. Infelizmente, a região norte não tem sido tão bem tratada pelo governo nas apostas de investimentos e nas definições estratégicas para o futuro. Precisamos de uma regionalização para podermos trabalhar mais coorde-

nadamente e investir mais na economia e na competitividade da região.

Como tem corrido a experiência enquanto presidente do Eixo- Atlântico?

Tem sido uma experiência muito enriquecedora e, modéstia à parte, penso que esta direção tem feito um bom trabalho. Iniciamos o processo de modernização da linha ferroviária entre o Porto e Vigo, como ligação estratégica da euro-região

“Precisamos de uma regionalização para podermos trabalhar mais coordenadamente”

norte de Portugal – Galiza, e lutamos pelo processo de interoperabilidade do sistema de portagens nas SCUT's. Para além destes grandes temas iniciamos um debate sobre a estratégia marítima da euro-região e um trabalho de cooperação no domínio do urbanismo sustentável nas 34 cidades que fazem parte do eixo Atlântico.



Semana da Proteção Civil no ISLA Campus Lisboa

Seminário reflete preocupações da atualidade

“Portugal no mundo: além do medo de existir” foi o mote para um amplo debate sobre o atual posicionamento de Portugal na Europa e no mundo e sobre os desafios que o país atravessa na complexa conjuntura económica e social que se vive na atualidade.

A iniciativa, ocorrida a 21 de março no Instituto Superior de Línguas e Administração, em Lisboa, decorreu no âmbito da semana da proteção civil, e foi um dos



Oradores mesa-redonda

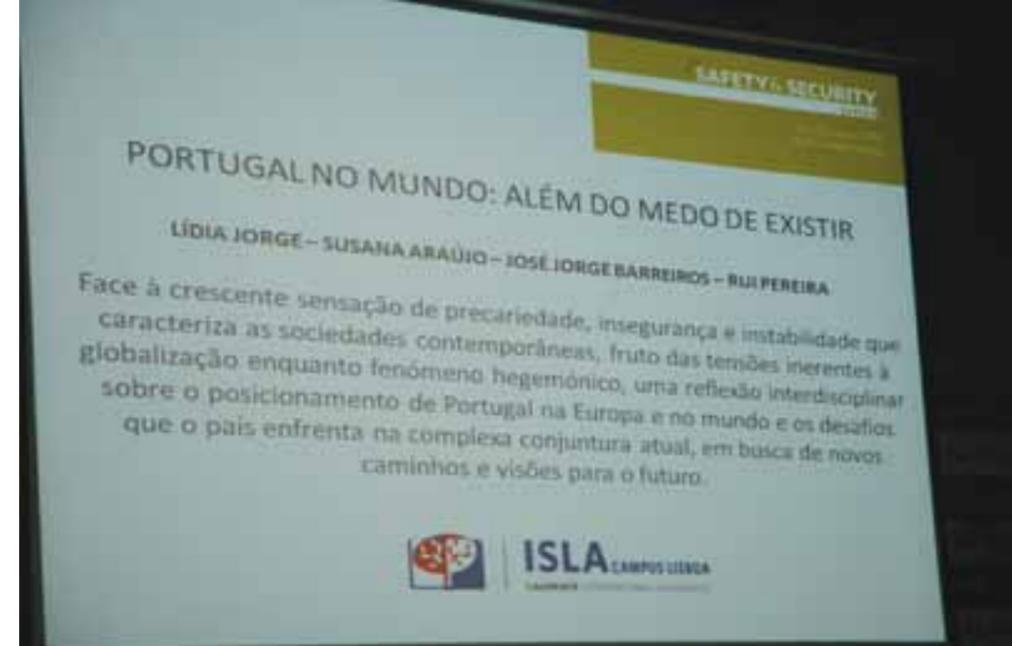
Lídia Jorge: Romancista, contista, ensaísta, autora de obras como O Dia dos Prodígios, A Costa dos Murmúrios, O Vale da Paixão ou Combateremos a Sombra, vencedora de inúmeros prémios nacionais e internacionais, entre os quais o Grande Prémio do Romance e da Novela da Associação Portuguesa de Escritores, o Prémio ALBATROS da Fundação Günter Grass, Alemanha, o Prémio

Charles Bisset, França, ou o Prémio Jean Monet de Literatura Europeia.

José Jorge Barreiros é doutorado em Sociologia pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa e investigador do CIES-IUL (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE-IUL) em áreas de Comunicação, Informação e Media; na convergência entre Sociologia, Ciências

da Comunicação e Ciências Políticas. Foi Professor do Departamento de Sociologia do ISCTE-IUL (1983-2012). Da obra publicada destacam-se: o livro Democracia, Comunicação e Media (2012); a coorganização da coletânea Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação(2004).

Rui Pereira tem exercido funções docentes em diversas universidades



pontos altos do evento. Da mesa-redonda fizeram parte a escritora Lídia Jorge, a investigadora da Faculdade de Letras, Susana Araújo, o professor do ISCTE, José Jorge Barreiros e o presidente do OSCOT, e ex-ministro da Administração Interna, Rui Pereira.

Ao longo de três horas foram abordadas questões como a precariedade, a insegurança e instabilidade que caracterizam as sociedades contemporâneas, com especial destaque para a crise social que afeta a sociedade portuguesa. O declínio cultural “que se reflete no declínio ideológico e a perda de identidade ideológica” foi outra das preocupações manifestadas pelos oradores convidados, que traçaram ainda rumos, como o “reforçar da democracia”. Uma democracia que poderá entrar em retrocesso, caso não se defenda “o estado social”.

A estas preocupações adicionaram-se outras como o risco de perda de soberania económica. A este respeito, José Jorge Barreiros considerou que “o problema foi deixar que os outros mandassem em nós”, referindo-se à ajuda e ao resgate económico a que Portugal está sujeito.



A organização deste seminário ficou a cargo dos docentes Ana Raquel Fernandes, Joana Serafim, Marcelo Oliveira, Paula Carvalho, Sara Sousa e Susana Casanova.

portuguesas, sendo atualmente professor catedrático convidado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e do Instituto Superior de Ciências Políticas e Segurança Interna. É autor de vários trabalhos científicos sobre temáticas jurídicas, criminais e constitucionais, tendo ainda participado em diferentes reformas legislativas, nomeadamente no âmbito do Código Penal português. Foi Diretor-Geral

do Serviço de Informações de Segurança entre 1997 e 2000, Secretário de Estado da Administração Interna entre 2000 e 2002 e Ministro da Administração Interna dos XVII e XVIII Governos Constitucionais. Foi fundador do Observatório de Segurança Criminalidade Organizada e Terrorismo, que atualmente preside.

Susana Araújo: Investigadora do

Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa, onde leciona e coordena o Projecto CILM – Cidade e (In)Segurança na Literatura e nos Média, financiado pela FCT. Além de inúmeros outros estudos, organizou, com Ana Raquel Fernandes (docente do ISLA Campus Lisboa) e Sandra Bettencourt, o volume (In)Segurança no Espaço Urbano – Perspetivas Culturais.



O Diretor-Geral do ISLA Campus Lisboa, Nelson Oliveira esteve na sessão de abertura da semana da Protecção Civil

No final deste encontro equacionaram-se rumos a seguir para enfrentar os novos desafios impostos pela globalização e pelas dificuldades das sociedades atuais.

III Semana de Gestão de Segurança e Protecção Civil

O Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa promoveu pela terceira vez esta semana dedicada à protecção civil, tendo em conta o “balanço positivo” recolhido nas duas edições anteriores. Sob o tema “Gerir para Liderar”, o evento foi planeado, organizado e dinamizado pelos alunos de licenciatura em Gestão de Segurança e Protecção Civil. O curso está entre os mais recentes oferecidos pela instituição, que conta já com meio século de história, mas para o diretor do ISLA, o Professor Doutor Tawfiq Rkibi o balanço é tão “positivo” que mantém a ideia de que “terá sempre existido na instituição”.

Em declarações à Alto Risco, o diretor académico do ISLA realçou a importância “das competências adquiridas” no curso e o facto de este “abrir portas para o mercado de trabalho”. Já no que toca a esta terceira edição da semana da protecção civil, apontou para o facto de ser mais “positiva e ainda melhor do que a edição anterior”.

A semana da protecção civil contou com uma ampla exposição onde estiveram representados todos os agentes da protecção civil, que mostraram todos os seus equipamentos. Destaque para o Regimento Sapadores de Bombeiros e para a Força Especial de Bombeiros, que mostraram ao público algumas das suas principais valências.

O dia de abertura do evento ficou marcado pela realização de um simulacro, nas instalações do ISLA.



Diretor Académico do ISLA Campus Lisboa, Professor Doutor Tawfiq Rkibi



Exposição FEB



Exposição Várias Forças



X Gala de Homenagem aos Bombeiros Portugueses

Cerca de 500 pessoas, na maioria bombeiros vindos de todo o país, prestaram homenagem aos bombeiros falecidos em 2012, na X Gala de Homenagem aos Bombeiros de Portugal promovida pela Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, no dia 18 de Maio, no Cinema S. Jorge.

Durante a cerimónia, que contou com a presença de várias entidades ligadas ao setor dos bombeiros e proteção civil, foram recordados, os bombeiros que perderam a vida no combate às chamas.

Os Prémios Prestígio a título Póstumo foram entregues aos familiares de Paulina Pereira (Bombeiros Municipais de Abrantes), Vítor Joaquim (Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos), Fernando Reis (Bombeiros Voluntários da Aguda) e Sérgio Hilário (Bombeiros Voluntários do Sabugal).

Já os Prémios Prestígio, que pretendem homenagear pessoas/entidades que se distinguiram ao longo do ano no apoio aos bombeiros portugueses e às atividades da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais foram atribuídos ao Coronel da Força Aérea, José Codeço, ao Major-General Arnaldo Cruz (antigo presidente da ANPC), a Dinis Jesus (antigo CDOS Setúbal), Luís Caracol (subchefe principal RSB), e José Calixto, presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.

O presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais lou-

Lista dos prémios prestígio 2012

1. Coronel da Força Aérea José Codeço – Antigo 2º Comandante Operacional Nacional – ANPC
2. Major-General Arnaldo Cruz – Antigo Presidente – ANPC
4. Dinis Emiliano Jesus – Antigo Dirigente e Antigo Comandante Operacional Distrital de Setúbal – ANPC
5. Luís Santos Caracol – Antigo Dirigente e Subchefe Principal - Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa
6. Dr. José Gabriel Paixão Calixto – Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz

Lista dos prémios prestígio póstumos 2012

1. Paulina Maria Gonçalves Pereira – Bombeira 3ª Classe – Bombeiros Municipais de Abrantes – faleceu com 46 anos, a 21 de Julho de 2012, a caminho de um incêndio florestal.
2. Vítor Manuel Mendes Joaquim – Bombeiro 3ª Classe – Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos – faleceu com 55 anos, a 09 de Agosto de 2012, a caminho de um incêndio florestal.
3. Patrícia Alexandra Rodrigues Abreu – Bombeira 3ª Classe – Bombeiros Voluntários de Coja – faleceu com 25 anos, a 15 de Setembro de 2012, no interior de uma viatura cercada pelo fogo no Teatro de Operações.
4. Pedro Manuel Santos Brito – Bombeiro 3ª Classe – Bombeiros Voluntários de Coja – faleceu com 38 anos, na sequência do evento ocorrido a 15 de Setembro de 2012, juntamente com a colega Patrícia Abreu. Pedro Brito ainda foi internado.
5. Fernando Manuel Oliveira Reis – Chefe – Bombeiros Voluntários da Aguda – faleceu com 49 anos, a 22 de Outubro de 2012, vítima de acidente rodoviário em condução de veículo de transporte de doentes urgentes.
6. Sérgio Domingos Martins Hilário – Subchefe – Bombeiros Voluntários do Sabugal – faleceu com 36 anos, a 30 de Novembro de 2012, vítima de doença súbita em condução de veículo de transporte de doentes não urgentes.

vou, durante a sua intervenção, a coragem dos familiares dos bombeiros que faleceram. Fernando Curto salientou ainda a atribuição do Prémios Prestígio ao ex- presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Major- General Arnaldo Cruz, considerando que “foi bom tê-lo como presidente da ANPC: soube pressionar para ter garantias para os bombeiros”.

Também o presidente da Câmara de Reguengos de Monsaraz recebeu uma palavra especial do presidente da ANBP, que o considerou como “referência do autarca que zela pelos cidadãos”.

A cerimónia de homenagem foi apresentada por Eládio Clímaco e por Patrícia Henrique. Contou com as atuações de Simon Blue, Lenita Gentil, Ludgero Rosas, Adelaide Ferreira, Jó e os Dados (responsável pelo hino do projeto Cordão da Amizade), o Orfeão dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, e o mágico Nuno André.

A Banda do Regimento Sapadores de Bombeiros fechou com chave de ouro esta homenagem aos bombeiros portugueses tocando vários temas e oferecendo a partitura do hino feito para a ANBP ao presidente Fernando Curto.

A X Gala de Homenagem aos Bombeiros Portugueses contou, este ano, com o apoio da Mercedes, que marcou presença com a exposição de um Veículo Florestal de Combate a Incêndios à entrada do cinema S.Jorge.



1

1- 2º Comandante do CDOS de Lisboa, André Fernandes, o vereador da proteção civil da C.M. Lisboa, Manuel Brito, o presidente da direção da EMA, Rogério Pinheiro, o presidente da ANBP Fernando Curto, o diretor nacional de bombeiros, Pedro Lopes e o dirigente da ANBP, Domingos Morais.



2

2- Fernando Curto com um dos Prémios Prestígio, Coronel José Codeço

3- Fernando Curto, o Sub-Intendente da PSP, Calvo André, e o vereador Manuel Brito

4- O Vereador Manuel Brito ladeado por Fernando Curto e Domingos Morais



3



4



1



5



2



6



7



8

1- O antigo comandante do RSB, Coronel João Veiga, ao lado de Lúis Caracol, um dos Prémios Prestígio da noite
 2- O Comandante do RSB, Joaquim Leitão e o 2º Comandante Major Carlos Monteiro, recebidos pelo presidente da ANBP, Fernando Curto.
 3- General Fernando Maia em representação da Cruz Vermelha Portuguesa.



3

5- O projeto de solidariedade Cordão da Amizade marcou presença na X Gala de Homenagem aos Bombeiros Portugueses.

6- Fernando Curto cumprimenta José Pires, bombeiro nos Municipais de Abrantes.

7- (esq. para a direita)- Dr. Rui Julião, Marco Gaspar, bombeiro sapador, o vereador Manuel Brito, o subchefe de 1ª classe do RSB, António Gaspar e Fernando Curto.

8- Várias entidades em confraternização

Prémios Prestígio

1- O vice-presidente da Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários, António Calinas.

2- O vereador Manuel Brito, Fernando Curto e o diretor clínico dos SSCML, Rui Julião

3- Pedro Lopes, Diretor Nacional de Bombeiros, em representação do Sec. Estado da Admin. Interna, Filipe Lobo D'Ávila



1



1



2



2



3



3



4



5

1-O Major-General Arnaldo Cruz recebe o Prémio Prestígio das mãos de Fernando Curto
 2-O 2º Comandante dos CDOS Lisboa recebeu o Prémio Prestígio em nome de Dinis de Jesus.
 3-O General António Codeço recebe o Prémio Prestígio
 4-O Subchefe do RSB Luís Caracol recebe o Prémio Prestígio
 5-O vice-presidente da ANBP entrega o Prémio Prestígio ao presidente da C.M.Reguengos Monsaraz, José Calixto.



Major-General Arnaldo Cruz, antigo presidente da ANPC

“A Gala é uma iniciativa de homenagem ao esforço dos bombeiros. Tudo aquilo que puder reforçar a coesão e os laços de proximidade entre os bombeiros e a sociedade é positivo. O esforço dos bombeiros e da sociedade merecem todo o nosso carinho e respeito.

Este prémio é um ato de reconhecimento por um serviço, mas o mérito é de todas as pessoas que estiveram envolvidas neste esforço de ajudar os bombeiros e os outros agentes de proteção civil. E, no meu caso, os quadros e dirigentes da proteção civil.



Luís Caracol, subchefe principal do Regimento Sapadores Bombeiros

Esta gala é o culminar de um conjunto de iniciativas da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, para homenagear um conjunto de entidades que serviram o país nos vários sectores da proteção civil. É um evento muito importante para o sector e também para as várias entidades que ajudaram a construir, ao longo destes anos, um sistema de resposta à emergência e proteção civil.

Esta capacidade de olhar para os cidadãos numa perspetiva abrangente de socorro e proteção civil e, por isso, estamos aqui a homenagear entidades e personalidades que deram o seu contributo nestas duas vertentes.



Coronel Manuel José Codeço, segundo comandante operacional nacional da ANPC

Faz todo o sentido que uma vez por ano os bombeiros profissionais sejam devidamente homenageados, por quem dá tudo em troca de pouco. É também uma oportunidade da dita sociedade civil homenagear a missão desempenhada pelos bombeiros.

Quanto ao prémio que me foi atribuído, sinto-me lisonjeado e quero partilha-lo com os operacionais que me acompanharam ao longo dos anos nos diversos cenários, enquanto segundo comandante operacional nacional da Autoridade nacional de Proteção Civil.



José Calixto, Presidente Câmara Municipal de Reguengos Monsaraz

“Este prémio é reconhecimento do trabalho que tem vindo a ser feito, com a ajuda da ANBP e do SNBP, que esteve presente em momentos difíceis da corporação de bombeiros de Reguengos. Foi com a ajuda destas entidades que nós conseguimos ultrapassar uma situação difícil.

O acordo foi satisfatório e criou estabilidade na corporação. Os bombeiros, nestes momentos de tensão, se não forem acompanhados por uma instituição que lhes mostre qual o rumo e o caminho que devem seguir, podem criar ambientes incendiários cujos principais prejudicados são eles próprios e a comunidade.

Homenagem



1



2

1- Homenagem aos bombeiros falecidos em 2012

2- Leitura do manifesto do bombeiro por Alexandre Pinheiro, bombeiro de 2ª classe dos B.V.Covilhã.

3- Entrega dos prémios prestígio a título póstumo aos familiares dos bombeiros falecidos

4- Fernando Curto, Pedro Lopes (em representação do Sec. Est. Admin. Interna, Filipe Lobo d'Ávila), o vereador Manuel Brito, o presidente da ENB, José Ferreira, e o vice-presidente da APBV, António Calinas.



3



4

Apresentadores e artistas



Patricia Henrique

Estádio Clímaco



Adelaide Ferreira



Ludgero Marques



Jó e os Dados



Banda RSB



Lenita Gentil



Uno André



Orpheu dos SSCML

O Regime da adaptabilidade

A gestão do tempo de trabalho é cada vez mais, um fator importante na organização das Instituições e nas empresas.

I- No Regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)

A adaptabilidade (variabilidade, de horários) consiste, na possibilidade de o período normal de trabalho poder ser definido em termos médios. Com este regime, o trabalhador pode prestar mais horas de trabalho num determinado período de tempo, desde que noutro período trabalhe menos, de forma a que, no período de referência e em termos médios, seja respeitado o período normal de trabalho

O atual RCTFP prevê atualmente três modalidades de adaptabilidade:

a) **A adaptabilidade por regulamentação coletiva** - é fixada por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho. Nesta modalidade, a variabilidade de horários são: nenhum dia de trabalho pode ir além de 10 horas, nenhuma semana pode exceder 50 horas, a média semanal, em dois meses, não pode ultrapassar 45 horas. Estes limites semanais incluem o trabalho extraordinário, com exceção do que seja imposto por motivo de força maior;

b) **A adaptabilidade individual** -Depende do acordo do trabalhador o qual é celebrado por escrito, mediante proposta escrita da entidade empregadora pública, presumindo-se a aceitação se o trabalhador não se opuser à mesma, também por escrito, no prazo de 14 dias. O acordo em apreço pode prever o aumento do período normal de trabalho diário até duas horas e que a duração do trabalho semanal possa atingir 45 horas, só não se contando nestas o trabalho extraordinário prestado por motivo de força maior.

c) **A adaptabilidade grupal** (ou por exten-

são) é determinada pela entidade empregadora pública, em duas situações:

- No quadro da adaptabilidade por regulamentação coletiva que pode prever que a entidade empregadora pública possa aplicar o regime ao conjunto dos trabalhadores de uma equipa, secção ou unidade orgânica caso, pelo menos, 60% dos trabalhadores dessa estrutura sejam por ele abrangidos. Contudo, o regime da adaptabilidade não poderá ser estendido aos trabalhadores abrangidos por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho que disponha de modo contrário; nem aos trabalhadores representados por associações sindicais que tenham deduzido oposição a regulamento de extensão do instrumento de regulamentação coletiva de trabalho em causa.

- No quadro da adaptabilidade individual. Caso a proposta de acordo (para a adaptabilidade individual) seja aceite por, pelo menos, 75% dos trabalhadores da equipa, secção ou unidade orgânica a quem for dirigida, a entidade empregadora pública pode aplicar o mesmo regime ao conjunto dos trabalhadores dessa estrutura. Só não será assim relativamente aos trabalhadores abrangidos por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho que disponha de modo contrário a esse regime.

Na situação da adaptabilidade, considera-se que o trabalhador está a cumprir o período normal de trabalho, razão pela qual não há alteração do montante da remuneração.

II- No regime do contrato individual de trabalho (CT)

A variabilidade de horários pode ser determinada por três modalidades: por instrumento de regulamentação coletiva – art. 204.º do CT; por acordo individual – art. 205.º do CT; e, a grupal – art. 206.º do CT.

a) **Por instrumento de regulamentação**

coletiva de trabalho, o período normal de trabalho pode ser definido em termos médios, podendo o trabalhador prestar até mais 4 horas diárias e a duração semanal pode chegar às 60 horas. Mas, o período normal de trabalho não pode exceder 50 horas em média num período de 2 meses.

b) **A Adaptabilidade por acordo individual** é feita por proposta do empregador, a qual pode prever que os trabalhadores podem aumentar o seu período normal de trabalho até duas horas diárias até às 50 horas semanais. Este regime tem a particularidade de poder ser imposto pelo empregador, visto que o mesmo tem o poder de iniciativa, elaborando uma proposta por escrito, presumindo-se a aceitação por parte do trabalhador, se este, no prazo de 14 dias seguintes ao conhecimento da mesma, não se opuser. Neste prazo, estão incluídos os 7 dias de antecedência mínima relativamente ao início da prática daquele horário.

c) **A Adaptabilidade grupal** consubstancia a possibilidade de o período normal de trabalho ser aferido em termos médios aos trabalhadores que não sejam filiados em sindicato outorgante do instrumento de regulamentação coletiva de trabalho ou àqueles que se opuseram à proposta da adaptabilidade individual. Ou seja, o instrumento de regulamentação coletiva de trabalho pode prever que o seu regime de adaptabilidade possa ser aplicado pelo empregador, desde que 60 % dos trabalhadores seja abrangido pelo princípio da filiação. Por outro lado, se 75 % dos trabalhadores aceitarem praticar o regime da adaptabilidade individual, pode também o empregador aplicar aquele regime ao conjunto de trabalhadores de determinada estrutura.

Na situação da adaptabilidade, considera-se que o trabalhador está a cumprir o período normal de trabalho, razão pela qual também aqui não há qualquer alteração do montante da remuneração mensal do trabalhador.

Prevenção e mitigação dos riscos em Portugal: riscos nas Zonas Costeiras

O Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios do Estado tem vindo a organizar um Ciclo de Encontros Científicos, subordinado ao tema geral: “A Ciência na Prevenção e Mitigação dos Riscos em Portugal”.

No passado dia 21 de março, teve lugar, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, o 4.º encontro subordinado ao tema “Riscos nas Zonas Costeiras”. O programa deste Encontro incluiu comunicações de investigadores de diferentes Laboratórios de Estado, nomeadamente do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, o Instituto Nacional de Saúde, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Laboratório Nacional de Geologia e Energia, Instituto Hidrográfico, bem como, de investigadores da Direção Geral do Território, e contou ainda com a apresentação do jornalista Ricardo Garcia sobre a temática, bem atual, do risco da comunicação do risco.

Entre os temas abordados destacam-se a análise dos valores e riscos da faixa costeira portuguesa, dos impactes das alterações climáticas nas zonas costeiras e dos riscos meteorológicos nas zonas costeiras. Foi ainda abordada a monitorização e previsão operacional no Instituto Hidrográfico, a avaliação do risco de galgamento, erosão e inundação costeira.

Os riscos associados a microalgas nocivas, o risco dos fungos patogénicos e a pesquisa de salmonelas em águas balneares foram outros dos temas abordados.

As várias intervenções mostraram a contribuição dos Laboratórios de Estado na avaliação e mitigação de riscos naturais e antropogénicos nas zonas costeiras. Esta componente do programa foi precedida de uma conferência plenária pelo Professor Miguel Magalhães Ramalho. No final, os temas apresentados foram debatidos por personalidades relacionadas com a área, em mesas redondas, com a participação do investigador Carlos Vale, de convidados da APA e a colaboração do jornalista João Barreiros, bem como a participação de todos os presentes.



Pub

SEGUROS
MÚTUA

MÚTUA
DOS PESCADORES

seguro solidário

www.mutuapescadores.pt

Técnico



João Afonso
Gabinete de Formação da ANBP



Exercícios e simulacros para testar eventos reais

Os exercícios efetuados pelos bombeiros são uma atividade prática que coloca os participantes em situações simuladas induzindo uma série de reações idênticas às esperadas num evento real. Tem por objetivo testar políticas e planos e a formação de equipas.

Os exercícios são realizados para avaliar a capacidade de uma organização para executar total ou parcialmente o seu plano prévio de intervenção ou plano de contingência. Ao longo dos anos, muitas respostas eficazes às situações de emergência têm demonstrado que os exercícios trazem uma eficiência inquestionável à qualidade de intervenção em situações de emergência reais.

Os principais objetivos dos exercícios são de formação individual e passam por capacitar e aumentar a experiência das equipas

operacionais para o desempenho da sua função em âmbito de emergência e aumentar a capacidade de organização para a gestão de situações de emergência.

Através dos exercícios, os organismos/entidades podem testar e avaliar planos, políticas e procedimentos; identificar vulnerabilidades ao nível do planeamento; identificar escassez de meios e recursos; aumentar a capacidade organizacional ao nível da coordenação e das comunicações; esclarecer procedimentos e responsabilidades; formação de recursos humanos ao nível de procedimentos e missões; e aumentar a capacidade individual; e cumprir os requisitos legais.

O objetivo global de um exercício deve ser sempre identificar e eliminar problemas antes que ocorra uma emergência real. As medidas corretivas são uma parte importante

da conceção do exercício, avaliação e acompanhamento.

O planeamento de exercícios deverá focalizar-se mais nas componentes funcionais, do que em tipos de emergências. Na maior parte das situações a preparação dessas funções é comum a todas as emergências.

Estas ações ou operações são necessárias para dar resposta a situações de emergência, recuperação ou reabilitação. Entre essas ações destaque para a notificação de alertas (reação à emergência), avisos à população, comunicações, coordenação, controlo e articulação, informação pública em âmbito de emergência, avaliação de danos, saúde e emergência médica, apoio a população sinistrada, segurança pública, obras públicas e engenharia e transporte.

Um programa de gestão de exercícios, deve desenvolver-se numa lógica de evolução de complexidade. Os exercícios subsequentes devem ser concebidos em articulação com os anteriores, até se alcançar exercícios tão próximos da realidade quanto possível.

Programa de gestão de exercícios

O programa de gestão de exercícios deve envolver o esforço e a participação de várias entidades. Com este envolvimento é possível não só testar a aplicação de procedimentos de gestão de emergência mas também a articulação entre as várias partes envolvidas no processo.

O programa deve ser criteriosamente planeado para alcançar os objetivos pretendidos. Deverá contemplar uma sequência de exercícios de complexidade crescente. Cada um dos exercícios deverá ser uma etapa para se atingir a excelência.

Os exercícios devem ser organizados de forma a aumentar a complexidade, por exemplo, partir de exercícios de quadros ou de exercícios funcionais para um exercício em grande escala.

Dar início ao processo com um exercício (full scale) pode contribuir para falhas potenciais, porque não houve oportunidade de as identificar em exercícios menos complexos.

As vantagens dos exercícios menos complexos passam pela maior predisposição dos vários parceiros para a alocação de recursos, maior motivação por parte dos recursos humanos para participação nas etapas seguintes, aumento progressivo dos níveis de confiança e incremento das capacidades operacionais.

As entidades e organizações que deverão participar dependem diretamente da área de jurisdição. Também deverá ser ponderado com base na natureza e dimensão dos exercícios.

Os exercícios mais simples, focados em determinada área limitam o número de participantes. O mesmo se aplica para exercícios específicos desenvolvidos por uma única entidade ou organização

Programa de gestão de exercícios

Em qualquer caso, os participantes a envolver dependem fortemente da natureza do exercício. Os exercícios de quadros podem envolver apenas elementos ao nível da decisão; os exercícios funcionais poderão envolver apenas os elementos que desempenham determinadas funções; e o exercício full scale pode envolver toda a comunidade ou a globalidade dos elementos que laboram em determinada infraestrutura.

Alguns tipos de exercícios poderão necessitar de participação adicional. Por exemplo, um exercício funcional envolve não só elementos operacionais, mas também, gestores de cenários, equipa de direção de exercício e avaliadores.

Tipos de exercícios

Seminários de orientação- Tem por objetivo familiarizar os participantes com determinadas regras, procedimentos ou utilização de equipamento. Pode também ser utilizado para resolver questões de coordenação ou esclarecimentos de responsabilidades

Simulacros- É uma atividade coordenada e supervisionada, normalmente usado para testar uma única

operação ou função específica. Não tem por objetivo coordenar as organizações ou ativar totalmente Centros Operacionais. O seu papel num programa de exercícios é praticar e aperfeiçoar uma parte de um plano e auxiliar a preparação de exercícios mais complexos, em que várias funções serão coordenadas e testadas

Exercícios de Quadros- Pretende ser uma análise de determinada situação de emergência. É desenvolvido num ambiente informal e sem preocupações de tempo de resolução. Deverá focalizar-se na análise e resolução de problemas com base em planos existentes e identificar onde os planos precisam ser detalhados. O sucesso de um exercício de quadros é determinado pela participação do grupo na identificação de áreas de vulnerabilidade

Exercícios Funcionais- Um exercício funcional é uma simulação totalmente interativa que testa a capacidade de uma organização de dar resposta a um evento também simulado. O exercício testa diversas funções do plano operacional de determinada organização. É uma resposta coordenada a uma situação em tempo limitado e o mais realista possível.

Exercícios Full Scale - Simula um evento real, tanto quanto possível. Destina-se a avaliar a capacidade operacional dos sistemas de gestão de emergência em ambiente stressante idêntico às condições de resposta real. Para atingir este realismo, é necessário a mobilização e a movimentação real de pessoal, equipamentos e recursos. Idealmente, o exercício da escala deve testar e avaliar a maioria das funções do plano de gestão de emergência ou de plano operacional.

Pub

Gaia tem mais Verão

O pleno das praias com Bandeira Azul.

Gaia volta a hastear o galardão azul nas suas 18 zonas balneares, num total de 28 praias concessionadas. Um reconhecimento da qualidade ambiental que reflete o esforço contínuo do Município na melhoria da rede de saneamento, na construção de Estações de Tratamento de Águas Residuais, na melhoria das acessibilidades e na limpeza urbana. Gaia conta já com 12 anos de praias limpas, de infraestruturas de apoio e de acesso fácil que permitem trazer mais e melhor qualidade de vida a todos os Gaienses, visitantes e turistas.

www.aguasgaia.eu

Município de V. N. Gaia | Águas de Gaia e Litoral Sul | CASA



(à esquerda) o Vereador da Proteção Civil da C.M.Santarém, António Valente

Chuvas da Páscoa inundaram Santarém

As chuvas intensas no final de mês de março apanharam de surpresa quem celebrava o fim-de-semana de Páscoa. De Norte a Sul de Portugal Continental foram vários os distritos afetados pela intempérie que provocou inundações, derrocadas e levou ao corte de estradas em muitas localidades.

O Distrito de Santarém esteve entre os mais afetados devido ao aumento do caudal do rio Tejo, o que complicou a vida a quem reside nas zonas ribeirinhas. As localidades de Reguengo do Alviela, Caneiras e Valonguinho estiveram isolados durante alguns dias devi-

do ao mau tempo, tendo a situação ficado regularizada gradualmente devido à descida do caudal do rio.

Em Santarém, a subida da água do rio Tejo deixou algumas das ruas da cidade submersas e algumas populações isoladas. Muitas pessoas só conseguiam sair das suas casas com a ajuda dos bombeiros, que se deslocavam em embarcações para auxiliarem nas coisas mais elementares, como ir à mercearia.

O vereador da proteção civil da Câmara Municipal de Santarém, António Valente, considera que a segurança das pessoas nunca esteve em risco e que isso só aconteceria se “esta popu-

lação não estivesse já familiarizado com este tipo de ocorrências”, salientando que muitos já sabem o que fazer durante este tipo de ocorrências. “Tivemos sinais de que isto ia acontecer. Sinais de que as águas do rio iam subir, pela informação de que dispomos das barragens”.

Já do ponto de vista operacional, o Comandante dos Bombeiros Municipais de Santarém considera que “o trabalho foi complicado e difícil mas as pessoas estão habituadas”, salientando o bom desempenho dos bombeiros municipais com o apoio dos bombeiros voluntários da cidade. Nuno Moleira coloca as barreiras instáveis, a Tejo e o mau tempo inesperado como alguns dos problemas que afetam o concelho de Santarém, considerando que para este socorro especializado, para vertente urbana, “deve ser eminentemente profissional, com pessoas preparadas e vocacionadas”.



Equipa de bombeiros dos Municipais de Santarém

Aumenta venda de extintores apesar da crise

Algumas empresas que comercializam produtos e serviços de combate a incêndios, como os extintores, têm conseguido obter bons resultados nas vendas, apesar da situação económica do país. Mesmo quando algumas empresas se debatem com uma diminuição acentuada no volume de vendas, outras conseguem manter-se acima da linha de água e mesmo aumentar a facturação.

Em tempos difíceis as empresas e particulares procuram poupar o máximo possível, mas há áreas onde a poupança pode sair cara como a protecção e segurança contra incêndios. Mas, ao contrário do que seria de esperar, várias empresas que atuam neste setor têm registado um aumento significativo das suas vendas.

Uma empresa de Aveiro conseguiu aumentar o volume de encomendas de extintores, sublinha a gerente da empresa, Marlene Marques. Para esta responsável a explicação para a boa performance da sua empresa passa pela legislação existente, em especial a norma NP4433/2012. Esta norma obriga as empresas a substituírem os extintores fora de prazo, com sinais de ferrugem e

sem número de série. Ou seja, sublinha Marlene Marques, por obrigação legal a sua empresa consegue manter o nível de negócio entre 2011 e 2012, apesar de começar a sentir algum abrandamento em 2013.

Também a empresa gerida por Fernando Alves, com sede em Oeiras, conseguiu aumentar de forma significativa o volume de vendas entre 2011 e 2012. O gerente desta empresa sublinha que o volume de vendas neste período teve um aumento de 25%, no equipamento de combate a incêndios como, por exemplo, os extintores e sprinklers.

Em 2012 a empresa vendeu entre oito mil a 10 mil extintores, um valor muito superior ao do ano anterior, sendo a esmagadora maioria das vendas dirigida ao mercado empresarial. Para Fernando Alves, a explicação para este

êxito deve-se à política da sua empresa em investimento no marketing e publicidade.

Nem lei salva algumas empresas

Na Covilhã uma empresa sente os efeitos da crise, com quebras acentuadas no volume de vendas. “Em 2010 conseguimos vender seis mil extintores e em 2012 o número diminuiu para menos de três mil unidades”, sublinha Ricardo Vilhena, gerente desta empresa. A certificação obrigatória dos equipamentos e a obrigatoriedade da substituição dos extintores é que permite a sobrevivência do negócio. Ainda assim, refere este responsável, a quebra nas vendas é maior para as empresas do que para os particulares. E, para piorar a situação, existe “muita faturação em atraso”.



Uma situação semelhante vive uma empresa de Loures, nos arredores de Lisboa. Para Júlio Monteiro, gerente, nem a nova legislação que obriga à substituição de equipamentos o está a ajudar muito. “Quando muito, ajuda a que o negócio não desça ainda mais”. Entre 2011 e 2012 houve uma quebra superior a 50% no volume das vendas de extintores e outro equipamento de combate a incêndios e para 2013 o panorama consegue ser pior, numa tendência que não mostra sinais de retoma.

“A crise sente-se logo nas vendas”, desabafa João Matos, gerente de uma empresa que comercializa equipamento de segurança e combate a incêndios. Entre 2011 e 2012 as vendas desta empresa, situada em Lisboa, teve uma queda de 25% e 2013 promete ser também um ano para esquecer. Sem valores ainda seguros deste ano, este empresário consegue garantir que entre 2011 e 2013 teve uma diminuição de 40% na facturação.

Para este responsável, existem várias explicações para a diminuição do volume de negócios, mas a que mais influenciou foi o facto da construção civil estar parada e, por esse motivo, “não se conseguem vender mais extintores”.

A utilização de extintores deve ser feita com algumas cautelas, para que possam ser utilizados em segurança. Aqui indicamos algumas regras para utilizar o extintor em segurança.

1. Só se deve utilizar um extintor quando o fogo é de pequena dimensão e está sob controlo.
2. Antes de atacar as chamas, assegure-se que já todos abandonaram a área atingida e que ninguém precisa de ajuda.
3. Se a área onde se encontra o fogo estiver cheia de fumo, abandone rapidamente o local. Não se esqueça que a inalação de fumos tóxicos é uma das principais causas de morte em situações de incêndio.
4. Em casa tenha um extintor do tipo ABC porque este pode ser utilizado nos diversos tipos de fogo. Escolha um extintor que seja relativamente grande mas cujo tamanho e peso não comprometam a facilidade de utilização do mesmo.
5. Certifique-se sempre que os extintores que compra estão de acordo com a actual legislação em vigor.
6. Antes de utilizar um extintor leia as instruções e familiarize-se com a forma mais correcta de o utilizar.

Os extintores devem obedecer às regras estipuladas pela legislação, quanto à instalação e manutenção. Estas são as principais condições para a manutenção e instalação de extintores.

1. O extintor tem apostas no rótulo a marca de certificado de produto segundo a norma EN 3 e a marcação CE (esta última só é obrigatória para equipamentos que tenham data de fabrico posterior a 1999);
2. O extintor está instalado num local visível, acessível e nas zonas de maior risco de incêndio do edifício;
3. O extintor está fixo em suporte próprio e instalado de forma que o seu manípulo não esteja a uma altura superior a 1,20m do pavimento;
4. A etiqueta de manutenção cumpre com a NP 4413:2006, tem os campos todos preenchidos e está devidamente atualizada;
5. O extintor está devidamente sinalizado;
6. A empresa de manutenção de extintores possui a certificação do serviço segundo a NP 4413.



Mútua dos Pescadores Proteção e segurança

A Mútua dos Pescadores é o primeiro e único segurador português sob a forma de cooperativa de utentes de seguros. Enquanto segurador não vida, a Mútua é especialista em seguros para os setores do mar, nomeadamente para a pesca profissional, onde é líder de mercado, mas também para a náutica de recreio, marítimo-turística, mergulho, pesca lúdica, estaleiros navais, aquacultura, entre outras atividades marítimas, mas apresenta igualmente uma plataforma de seguros para o setor cooperativo e social.

Dos vários seguros que explora, destacam-se o seguro obrigatório de acidentes de trabalho, o seguro de aci-

dentes pessoais, onde dispõe de uma oferta variada e especializada (individual e grupo, pesca profissional e lúdica, mergulho recreativo e prestadores de serviços de mergulho, viagem, proteção da estadia, lazer, viagem, criança, escolar, formandos, autarcas e bombeiros), o seguro de incêndio e multiriscos (habitação, condomínio e PME) e os seguros marítimos (pesca, recreio e marítimo-turística).

A Mútua dos Pescadores desenvolve a sua atividade de forma socialmente responsável, com uma atitude profissional, humanista e personalizada na relação com os seus cooperadores e segurados, sendo esta uma das principais vantagens competitivas da organização.

É nesse espírito que, entre outras facetas, encara a proteção dos seus associados de uma forma abrangente,

não limitando a sua intervenção à simples reparação dos sinistros, mas participando também em iniciativas próprias ou em parceria visando a sua prevenção.

Assim se entende a envolvimento ativo na Comissão Permanente para a Segurança dos Homens do Mar, de cujos trabalhos resultou um primeiro êxito visível, com a implementação da obrigatoriedade do uso de coletes nalgumas áreas da pesca profissional, e que já poupou muitas vidas.

Na mesma linha se inserem as diversas ações de formação específicas que tem desenvolvido para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, de que está a preparar uma segunda edição para breve.

Visite-nos em www.mutuapescadores.pt e conheça um pouco mais sobre a Mútua dos Pescadores, suas atividades e seguros comercializados.



Maria de Jesus Barroso entrega o Prémio de Personalidade do Ano ao Major-General Arnaldo Cruz, ex-presidente da ANPC



O presidente da ASPROCIVIL, Ricardo Ribeiro, entrega o prémio a José António Teixeira da SIC



Entrega do Prémio ao vereador da Câmara Municipal de Mafra, António Parente, por Anabela Saúde, da ANPC

ASPROCIVIL distingue personalidades e entidades

A Associação Portuguesa de Técnicas de Segurança e Proteção Civil (ASPROCIVIL) promoveu, no âmbito do Dia Mundial da Proteção Civil, uma cerimónia de atribuição de Prémios de Excelência e Mérito a pessoas ou entidades que se distinguiram no biênio 2011-2012, no âmbito da proteção civil.

A cerimónia teve lugar a 8 de Março, no Auditório da FNAC do Centro Comercial Colombo e teve como convidada de honra Maria de Jesus Barroso.

A Câmara Municipal de Mafra foi distinguida pelo empenho, competência e investimento das câmaras no setor da Segurança Proteção Civil. A ASPROCIVIL premiou também o trabalho académico da Mestre Teresa Fonseca, destacando-o pelo tema, pelo conteúdo e pela utilidade para o setor da Segurança e Proteção Civil.

A Associação distinguiu também a empresa 4Emes, Consultores de Formação, com o prémio empresa, e a SIC- Televisão Independente, com o prémio para os Órgãos de Comunicação Social, pelo "trabalho de informação/formação e serviço público desenvolvido no âmbito do sector da Segurança e Proteção Civil".

Já o Prémio de Personalidade do Ano teve dois distinguidos: ao ex-presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Major-General Arnaldo Cruz, e ao Professor Doutor Miguel Poveda Criado.



Entrega do Prémio Empresa a Reinaldo Muralha, da empresa 4Emes



Fernando Curto entrega o prémio personalidade do ano ao Prof. Dr. Poveda Criado



António Cálina, Vice Presidente APBV entrega o Prémio à Mestre Teresa Fonseca

Aniversário do BSB

O Batalhão Sapadores do Porto celebrou 285 anos de existência no dia 19 de Março. O dia ficou também marcado pelo Juramento da Recruta. Aqui ficam as imagens de momentos marcantes das comemorações do aniversário.





ASSINE JÁ!



ALTO RISCO

cupão de assinatura
(este cupão pode ser fotocopiado)

Nome: _____
Morada: _____
Código Postal: _____
Profissão: _____
Telefone: _____ Tim: _____
Email: _____

Desejo a Assinatura Anual de:

Revista Alto Risco - 10 euros Jornal Alto Risco - 8 euros

Enviar Cheque ou Vale de Correio para:
Associação Nacional de Bombeiros Profissionais Av. Dom Carlos I, 89, r/c - 1200 Lisboa

ESCOLHA O MODO DE PAGAMENTO:

Cheque n.º _____
no valor de: _____
Banco: _____

Vale postal n.º _____
no valor de: _____

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE BOMBEIROS PROFISSIONAIS

12º CONGRESSO NACIONAL DOS BOMBEIROS PROFISSIONAIS

EM LUTA
Pela Dignidade
Dos Bombeiros Profissionais

UM ESTATUTO PROFISSIONAL!
UMA CARREIRA DIGNA!
UMA CLASSE FORTE E UNIDA!

31 de Maio, 01 e 02 de Junho de 2013
HOTEL AXIS VIANA, Viana do Castelo

Segurança garantida.
CONSEQUENTEMENTE EFICIENTE.



Sempre prontos para socorrer.

Os fiáveis veículos MAN de combate a incêndios ou intervenção rápida, em desastres ou catástrofes, acompanham os bombeiros em situações de emergência e estão sempre preparados para entrar em acção. É de salientar que nos meses de Abril, Maio, Outubro e Novembro, as condições comerciais oferecidas

pelos concessionários MAN aderentes são ainda mais apelativas: oferecemos 15% de desconto na mão-de-obra e 20% de desconto nas peças para este tipo de veículos. Não perca esta oportunidade e visite já o concessionário MAN mais próximo!

Engineering the Future – since 1758.

MAN Truck & Bus

